



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
GABINETE PF-SUDENE

**PARECER n. 00099/2025/GAB/PFSUDENE/PGF/AGU**

**NUP: 59336.001290/2025-26**

**INTERESSADOS: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE**

**ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.

I – Análise jurídica de Minutas de Proposição e de Resolução, esta última a ser eventualmente expedida pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - CONDEL/SUDENE.

II – Pela possibilidade de edição dos atos, desde que observadas, atendidas e esclarecidas todas as recomendações expostas neste Parecer.

Sr. Procurador-chefe,

**- DO RELATÓRIO -**

1. Submete-se à apreciação desta Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE – PF-SUDENE/PGF/AGU, Minuta de Proposição (SEI 0818720) e de Resolução (SEI 0815991), essa última a ser eventualmente expedida pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - CONDEL/SUDENE, que tem por escopo aprovar:

*(...) a Proposição nº XXX/2025, que trata do estabelecimento das diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, para o exercício de 2026.*

2. O Processo, para o que aqui interessa, foi instruído com os seguintes e principais documentos:

- (i) Nota Técnica n. 267/2025 (SEI 0815132);
- (ii) Proposta de Voto DC n. 269/2025 (SEI 0815148);
- (iii) Minuta de Proposição (SEI 0818720);
- (iv) Minuta de Resolução, a ser expedida pelo CONDEL/SUDENE (SEI 0815991) e;
- (v) Nota Técnica n. 282/2025 (SEI 0819521).

3. Em seguida, por força do art. 10, da Lei n. 10.480/2002, e do art. 64, inciso III, da Resolução CONDEL/SUDENE n. 151/2021 - Regimento Interno - RI-CONDEL/SUDENE, através do Despacho CGGI/SUDENE, de 30 de julho de 2025 (SEI 0819702), o Processo foi encaminhado à PF-SUDENE/PGF/AGU para análise e emissão de parecer.

4. Eis, em síntese, o relatório.

**- PRELIMINARMENTE -**

5. Esclareça-se, inicialmente, que a presente análise **se restringe aos aspectos jurídicos formais da(s) Minuta(s) encaminhada(s), não sendo de competência desta – PF-SUDENE/PGF/AGU o exame quanto aos aspectos técnicos relacionados à discricionariedade administrativa. A esse respeito, vale ressaltar a orientação contida em Enunciado da 4ª Edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União – MBPC/AGU, aprovado pela Portaria**

**Conjunta CGU/CGAGU/PGBC/PGFN/PGF/PGU/AGU n. 1/2016, quanto aos limites daquilo que deve ser procedido pelo órgão consultivo e daquilo que deve ser providenciado pelo órgão técnico**, a saber:

**Enunciado BPC n. 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Em sua fonte expressa:

É oportuno que os Órgãos Consultivos prestigiem os conhecimentos técnicos alheios ao Direito, adotando cautela, por exemplo, ao dissentir da classificação feita por agente público competente acerca do objeto licitatório.

6. A prevalência do aspecto técnico ou a presença de juízo discricionário determinam a competência e a responsabilidade da autoridade administrativa pela prática do ato. A responsabilidade na tomada de decisão é sempre da autoridade administrativa. E, pelo conteúdo de seu Parecer o subscritor responde exclusivamente perante as instâncias da Advocacia-Geral da União.

7. Ademais, a atividade de consultoria e assessoramento jurídicos limita-se ao controle de legalidade do ato administrativo, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei n. 10.480/2002 c/c o art. 11, inciso V, da Lei Complementar – LC n. 73/1993, os quais dispõem, *in verbis*:

**Lei n. 10.480/2002**

Art. 10. (...)

§ 1º. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, à Procuradoria-Geral Federal aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

**LC n. 73/1993**

Art. 11. Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

(...)

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica.

8. Por controle de legalidade, deve se entender a regularidade jurídico-formal do procedimento (formalização e instrução do processo e observância do devido processo legal) e a possibilidade jurídica quanto aos efeitos do ato proposto pela Administração Pública.

9. Nesse sentido, importante salientar a necessidade de respeito à higidez processual, razão pela qual os autos deverão ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas e todos os atos processuais devem ser produzidos por escrito, com data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável (art. 22, §§ 1º e 4º, da Lei n. 9.874/1999). Quanto aos documentos juntados em cópia, a sua autenticação poderá ser feita pelo órgão administrativo, mediante carimbo e assinatura do responsável. Demais orientações processuais devem ser verificadas na Portaria Normativa – PN SLTI/MPOG n. 5/2002.

10. No caso, trata-se de processo eletrônico, conforme autoriza o Decreto n. 8.539/2015, operacionalizado pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, objeto da Portaria Conjunta TRF4/MPOG n. 3/2014, de maneira que as manifestações foram elaboradas e assinadas digitalmente, não se excluindo, no que couber, as orientações do item anterior.

11. Outro ponto digno de nota é o de que apenas os Documentos que constam do Processo no momento do envio dos autos à PF-SUDENE/PGF/AGU serão levados em consideração, o que pode, eventualmente, dissentir da realidade efetivamente observada.

12. **Por fim, necessário se faz observar que a presente manifestação é feita em regime de urgência, a teor do que dispõe o art. 12, § 4º, da Portaria PGF n. 526/2013, consoante se depreende da solicitação inserta no Despacho CGGI/SUDENE, de 30 de julho de 2025 (SEI 0819702).**

## - DA ANÁLISE JURÍDICA -

### Dos elementos do ato administrativo

13. Nesse diapasão, o exame jurídico de qualquer ato administrativo exige ponderá-lo em vista dos seus aspectos, que, para Marçal Justen Filho, são o sujeito, o conteúdo, a forma, o motivo e a finalidade. Segundo o Autor, *“o sujeito do ato administrativo é quem o produz, que pode ser identificado como agente. O conteúdo é aquilo que por ele é determinado ou estabelecido. A forma é o modo de exteriorização do ato. O motivo é a causa jurídica eleita pelo agente para produzir o ato. A finalidade é o resultado ou o interesse que se busca satisfazer por meio do ato”*.

14. A **competência** do CONDEL/SUDENE para regulamentar a matéria encontra-se prevista no art. 8º, § 1º, da Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007, bem como no estabelecido pelo art. 10, § 5º, inciso V, do mesmo Diploma Legal; pelos incisos II e III do art. 14, da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989; pelas alíneas “a” e “c” do inciso XII, art. 4º, do Anexo I ao Decreto n. 11.056, de 29 de abril de 2022; pelo art. 62, da Resolução CONDEL/SUDENE n. 151, de 13 de dezembro de 2021 e, ainda considerando o disposto no art. 4º, inciso XII, alíneas “a” e “c”, da Resolução DC/SUDENE n. 725, de 27 de julho de 2022.

15. Quanto à **forma** escolhida, constata-se a sua adequação, considerando que resolução, de acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, é *“a fórmula pela qual se exprimem as deliberações dos órgãos colegiais”*. Ademais, o art. 9º, inciso II, do Decreto n. 12.002/2024 é claro ao estabelecer que resoluções são atos normativos editados por órgãos colegiados.

16. No que toca à **finalidade**, a Minuta de Resolução propõe aprovar, *“a Proposição nº XXX/2025, que trata do estabelecimento das diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, para o exercício de 2026.”*

17. No que diz respeito **ao motivo e à motivação**, tais elementos encontram-se identificados no bojo da Nota Técnica n. 267/2025 (SEI 0815132), na Minuta de Proposição (SEI 0818720), bem como no Despacho CGGI SEI 0819702.

### Da Minuta

18. Dispostos os elementos do ato administrativo que ora se pretende praticar, passará este órgão jurídico a analisar as Minutas encaminhadas pela Unidade Consulente.

19. Da mesma forma, oportuno também se faz consignar o atesto da Unidade Consulente, através do Despacho SEI 0819702, no tocante à observância ao recente Decreto n. 12.002/24:

(...)

2. Considerando os documentos supracitados, foi elaborada a **Minuta de Resolução do Conselho Deliberativo SEI 0815991**, a partir dos ditames constantes do Decreto nº 12.002/2024, e realizado o enquadramento quanto à Análise de Impacto Regulatório (AIR) de que trata o Decreto nº 10.411/2020, nos termos da Nota Técnica nº 282/2025 (SEI 0819521) da CGDF/DFIN e CGCP/DPLAN. Em relação à Proposição a ser encaminhada aos Conselheiros, que sintetiza o assunto a ser discutido na reunião do Conselho, foi elaborada a **Minuta de Proposição SEI 0818720**.

(...)

(destaques no original)

20. Com relação ao texto da **Minuta de Resolução (SEI 0815991)**, tem essa Procuradoria as seguintes considerações a fazer:

(i) na Ementa, substituir “*Aprova*” por “*Aprovar*”;

(ii) no Preâmbulo, substituir “*O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE*” por “*O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - CONDEL/SUDENE*”;

(iii) ainda no Preâmbulo, substituir "*pelas alíneas "c" e "d" do inciso XII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022 e pelo art. 62 da Resolução CONDEL/SUDENE nº 151, de 13 de dezembro de 2021.*" por "*pelas alíneas "a" e "c" do inciso XII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022, pelo art. 62 da Resolução CONDEL/SUDENE nº 151, de 13 de dezembro de 2021, e ainda, considerando o disposto no art. 4º, inciso XII, alíneas "a" e "c", da Resolução DC/SUDENE nº 725, de 27 de julho de 2022*";

(iv) no art. 1º, substituir "*em sua XXXª reunião, realizada em DIA de MÊS de 2025*" por "*em sua 572ª Reunião, realizada em 22 de julho de 2025*";

(v) no Parágrafo Único do art. 1º, sugere-se que a expressão "*caput*" seja grafada em *itálico*, em conformidade com a convenção de destaque para termos em latim;

(vi) na parte da assinatura, substituir "*Presidente do Conselho Deliberativo*" por "*Presidente do Conselho Deliberativo da Sudene*";

(vii) no Anexo I, **A) DIRETRIZES GERAIS**, inciso I, substituir "*Lei n. 7.827, de 1989*" por "*Lei nº 7.827/1989*";

(viii) recomenda-se iniciar todas as frases após o *caput* com letras minúsculas, aplicando o mesmo padrão em todos os itens e subitens que utilizam incisos (I), (II), (III) etc. Tal recomendação deverá ser realizada ao longo de toda a Minuta de Resolução;

(ix) no anexo I, **A) DIRETRIZES GERAIS**, inciso VII, substituir "*Microcrédito Produtivo Orientado*" por "*microcrédito produtivo orientado*" e "*PNMPO*" por "*Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO*";

(x) no anexo I, **A) DIRETRIZES GERAIS**, inciso VIII, substituir "*pela PNDR*" por "*Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR*";

(xi) no anexo I, **A) DIRETRIZES GERAIS**, inciso IX, substituir "*Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional*" por "*Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR*";

(xii) no anexo I, **A) DIRETRIZES GERAIS**, inciso X, substituir "*Art. 6º da Portaria nº 2.252/2023*" por "*Art. 6º da Portaria nº 2.252/2023*";

(xiii) no anexo I, **A) DIRETRIZES GERAIS**, inciso XI, substituir "*Nº*" por "*nº*" e as expressões "*retrofit*" e "*coliving*" devem ser destacadas em *itálico*, por se tratarem de termos estrangeiros;

(xiv) ao longo de toda a Minuta, deve-se substituir a palavra "*SUDENE*", por "*Sudene*" em conformidade com o elencado na Lei Complementar nº 125/2007, a qual utiliza a expressão "SUDENE" em caixa alta na seguinte situação: "Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE". A sugestão em apreço deve ser replicada em toda a Resolução, sempre que se fizer necessária;

(xv) no Anexo I, **B) DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO**, substituir "*Conselho Deliberativo da SUDENE (Condel)*" por "*Conselho Deliberativo da Sudene – CONDEL*"; "*Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)*" por "*Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB*"; *Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)* por "*Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR*" e "*Condel*" por "*CONDEL*";

(xvi) no Anexo I, **B) DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO**, inciso III, substituir "*5,0%(cinco por cento)*" por "*5% (cinco por cento)*" e "*1,5%(um e meio por cento)*" por "*1,5% (um e meio por cento)*";

(xvii) no Anexo I, **B) DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO**, inciso IV, substituir "*35%(trinta e cinco por cento)*" por "*35 (trinta e cinco por cento)*";

(xviii) no Anexo I, **C) DIRETRIZES ESPACIAIS**, substituir “*consideradas*” por “*considerados*”; e “*Resolução CMN nº 5.013, de 28 de abril de 2022*” por “*Resolução CMN nº 5.013, de 28 de abril de 2022*”;

(xix) no Anexo I, **C) DIRETRIZES ESPACIAIS**, inciso IV, inserir uma vírgula após Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF;

(xx) no Anexo I, **C) DIRETRIZES ESPACIAIS**, incisos VI e VII, substituir “*Política de Desenvolvimento Industrial Nova Indústria Brasil (NIB - Resolução CNDI/MDIC nº 4, em 22/01/2024)*” por “*Política de Desenvolvimento Industrial: Nova Indústria Brasil – NIB ( Resolução CNDI/MDIC nº 4, em 22/01/2024)*”; “*Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*” por “*Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE*”; “*Plano de Transformação Ecológica*” por “*Plano de Transformação Ecológica – PTE*” e “*NovoPAC*” por “*Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC*”;

(xxi) no Anexo I, **D) DIRETRIZES ESPECÍFICAS**, ao final, substituir “*Diretrizes e Prioridades*” por “*diretrizes e prioridades*”;

(xxii) no Anexo I, **E) PROJETOS PRIORITÁRIOS**, inciso I, substituir “*Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC)*” por “*Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC*”;

(xxiii) no Anexo I, **E) PROJETOS PRIORITÁRIOS**, inciso II, substituir “*Camada Gerencial*” por “*camada gerencial*” e “*Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)*” por “*Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE*”;

(xxiv) no Anexo I, **F) DIRETRIZES PARA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA**, substituir “*Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)*” por “*Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*” e “*Banco do Nordeste (BNB)*” por “*Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB*”;

(xxv) no Anexo I, **F) DIRETRIZES PARA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA**, inciso I, substituir “*Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)*” por “*Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*”; e

(xxvi) no Anexo I, **F) DIRETRIZES PARA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA**, ao final, substituir “*Condel da SUDENE*” por “*Conselho Deliberativo da Sudene – CONDEL*”.

21. Outrossim, com relação à **Minuta de Proposição (SEI 0818720)**, tem esta Procuradoria Federal as seguintes considerações a fazer:

(i) na Ementa, adicionar uma vírgula após a expressão “*Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*”;

(ii) no item 1., substituir “*Conselho Deliberativo da SUDENE - CONDEL/SUDENE*” por “*Conselho Deliberativo da Sudene – CONDEL*”;

(iii) no item 2., substituir “*CGCP/DPLAN*” por “*CGCP/DPLAN/SUDENE*”; “*CGDF/DFIN*” por “*CGDF/DFIN/SUDENE*”; “*para 2026*” por “*para o exercício de 2026*”; “*Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)*” por “*Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE*”;

(iv) recomenda-se iniciar todas as frases após o *caput* com letras minúsculas, aplicando o mesmo padrão em todos os itens e subitens que utilizam incisos (I), (II), (III) etc. Tal recomendação deverá ser realizada ao longo de toda a Minuta de Proposição;

(v) no item 3., ao final do parágrafo, sugere-se a seguinte redação: “*Foram encaminhados formulários de consulta aos membros do Conselho Deliberativo da Sudene – CONDEL, às Federações Estaduais das Indústrias e à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, com o objetivo de identificar as atividades prioritárias para a aplicação dos recursos do Fundo.*”;

- (vi) ao longo de toda a Minuta, deve-se substituir a palavra “SUDENE”, por “Sudene” em conformidade com o elencado na Lei Complementar nº 125/2007, a qual utiliza a expressão “SUDENE” em caixa alta na seguinte situação: “Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE”. A sugestão em apreço deve ser replicada em toda a Resolução, sempre que se fizer necessária;
- (vii) no item 4., inciso I, substituir “Projeto de Lei 5789/2023” por “Projeto de Lei nº 5789/2023” e “Governo Federal” por “governo federal”;
- (viii) no item 4., inciso II, substituir “autarquia” por “Autarquia”;
- (ix) no item 4., inciso III, substituir “Relatório Anual de Monitoramento da PNDR” por “relatório anual de monitoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR”;
- (x) no item 4., inciso IV, substituir “TCU” por “Tribunal de Contas da União – TCU”; “Relatório Preliminar de Auditoria sobre o BNB” por “relatório preliminar de auditoria sobre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB”;
- (xi) ainda no item 4., ao final do inciso IV, sugere-se a seguinte redação: “Foi destacada, no documento do TCU, a relevância dos recursos do FNE para a atuação do BNB, bem como as competências da Sudene, em especial aquelas relativas às diretrizes e prioridades para alocação dos recursos do Fundo. O relatório também abordou algumas das competências da Superintendência, bem como os impactos da atuação do BNB.”;
- (xii) no item 4., inciso VI, substituir “NovoPAC” por “Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC”;
- (xiii) no item 5., substituir “NovoPAC” por “Novo PAC”; e “572ª Reunião” por “572ª Reunião”; e
- (xiv) na parte da proposição, substituir “Diretrizes e Prioridades do FNE para o exercício 2026” por “diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício de 2026”.

22. Ressalta-se que a análise ora implementada por esta Procuradoria Federal limita-se aos aspectos jurídicos e formais do ato, especialmente quanto à sua legalidade, constitucionalidade e compatibilidade normativa. Não compete a este órgão jurídico a revisão gramatical e ortográfica das Minutas apresentadas, cuja adequação textual é de responsabilidade exclusiva da Unidade responsável pela sua confecção.

23. Recomenda-se, portanto, que as Minutas sejam submetidas à devida revisão linguística antes de sua eventual publicação ou formalização, a fim de evitar impropriedades que possam comprometer a clareza, a precisão e a eficácia do ato administrativo.

24. Da mesma forma, como medida de eficiência e celeridade para situações futuras, recomendável que a Unidade responsável pela confecção das Minutas, antes do envio à Procuradoria Federal junto à Sudene, diligencie no sentido de verificar se o documento em questão observa os seguintes critérios:

Item	Verificação	Observações
1	( ) A Minuta foi redigida com correção ortográfica e gramatical?	
2	( ) A Minuta foi confeccionada em estrita observância ao quanto disposto no Decreto n.º 12.002/2024?	
3	( ) As referências normativas estão atualizadas e corretas?	
4	( ) O nome, cargo e matrícula dos signatários estão completos e corretos?	

5	( ) A motivação do ato está clara e suficientemente fundamentada nos autos do processo?	
6	( ) As datas, numerações e anexos estão devidamente referenciados e coerentes com o conteúdo do ato?	
7	( ) O modelo utilizado foi baseado em padrão previamente validado pela Procuradoria (quando aplicável)?	
8	( ) Há indicação clara da competência do subscritor da Minuta para a prática do ato?	
9	( ) Todos os campos obrigatórios foram preenchidos e os anexos citados foram efetivamente incluídos no processo?	

Observação final: Minutas com vícios redacionais graves ou ausência de revisão textual prévia poderão ser devolvidas para ajustes, de modo a não comprometer a eficiência da análise jurídico-consultiva.

25. Acrescente-se, ainda, deve a Sudene atentar para a observância do disposto nos artigos adiante transcritos do já referido Decreto n. 12.002/2024:

**Decreto n. 12.002/2024:**

(...)

Art. 22. As instruções normativas, as portarias e as resoluções terão numeração sequencial em continuidade às séries em curso em 3 de fevereiro de 2020.

§ 1º Na hipótese de fusão ou de divisão de órgãos, entidades ou unidades administrativas, será admitido reiniciar a sequência numérica ou adotar a sequência de um dos órgãos, entidades ou unidades administrativas de origem.

§ 2º A alteração da estrutura organizacional do órgão ou da entidade a que pertença a unidade administrativa não acarretará reinício da sequência numérica.

§ 3º As portarias e as resoluções de pessoal terão numeração sequencial distinta, que será reiniciada anualmente.

**Estrutura dos atos normativos**

Art. 4º O ato normativo será estruturado em três partes básicas:

I - parte preliminar, com:

a) a epígrafe;

b) a ementa; e

c) o preâmbulo, com:

1. a autoria;

2. o fundamento de validade, nas medidas provisórias, nos decretos e nos atos normativos inferiores a decreto; e

3. a ordem de execução, nos decretos e nos atos normativos inferiores a decreto;

II - parte normativa, com as normas que regulam o objeto;

III - parte final, com:

a) se for caso:

1. as disposições sobre medidas necessárias à implementação das normas constantes da parte normativa;

2. as disposições transitórias; e

3. a cláusula de revogação; e

b) a cláusula de vigência; e

c) o fecho, nas leis, nas medidas provisórias e nos decretos, com a menção:

1. a “Brasília”, seguida de vírgula e da data de assinatura por extenso com ponto e vírgula após a data; e

2. aos anos transcorridos desde a Independência e desde a Proclamação da República.

§ 1º A epígrafe dos atos normativos será constituída pelos seguintes elementos, nesta ordem:

I - título designativo da espécie normativa;

II - nos atos normativos inferiores a decreto, sigla oficial adotada no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIOrg:

- a) do órgão ou da entidade;
  - b) da unidade administrativa da autoridade signatária, seguida da sigla do órgão ou da entidade a que se vincula; ou
  - c) da unidade da autoridade signatária, seguida da sigla da unidade superior e da sigla do órgão ou da entidade a que se vincula;
- III - numeração sequencial; e
- IV - data de assinatura.

§ 2º Os decretos regulamentares, fundamentados no art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, terão como fundamento de validade a lei ou medida provisória a ser regulamentada.

§ 3º Ressalvados os decretos de promulgação de atos internacionais, os atos normativos não conterão enunciados iniciados pela expressão "considerando", nem explicações destinadas a justificar a edição do ato normativo.

§ 4º A menção de que trata a alínea "c" do inciso III do *caput* será realizada com numeração ordinal, observados o ano em curso e os aniversários dos eventos históricos a ocorrerem no ano em curso.

§ 5º Os atos normativos inferiores a decreto conterão fecho com o nome das autoridades signatárias, separado do texto por uma linha em branco.

§ 6º Os decretos, as medidas provisórias e as leis conterão fecho com os nomes do Presidente da República e das autoridades que referendarem o ato normativo somente em sua publicação no Diário Oficial da União.

#### **Publicação, vigência e produção de efeitos do ato**

Art. 18. A cláusula de vigência indicará a data de entrada em vigor do ato normativo da seguinte forma:

- I - "[número cardinal por extenso] dias após a data de sua publicação";
- II - "no [número ordinal por extenso] dia do [número ordinal por extenso] mês subsequente ao de sua publicação";
- III - "em [data por extenso]"; ou
- IV - "na data de sua publicação", quando não houver previsão de *vacatio legis*.

Parágrafo único. Alternativamente ao disposto no *caput*, a cláusula de vigência poderá ser estabelecida em dias úteis, semanas, meses ou anos, contados da data de publicação do ato normativo.

Art. 68. É obrigatória a publicação no Diário Oficial da União de todos os atos normativos que:

- I - sejam subscritos pelo Presidente da República ou pelos Ministros de Estado;
- II - produzam efeitos externos ao órgão ou à entidade;
- III - gerem despesas;
- IV - disponham sobre concessão de direitos a agentes públicos; e
- V - disponham sobre regimento interno.

§ 1º Não se considerará publicado no Diário Oficial da União o trecho do ato constante de outro meio, físico ou eletrônico, para o qual o ato publicado remeta.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à remissão a endereços eletrônicos.

§ 3º Os atos normativos que não se enquadrem nas hipóteses previstas no *caput* poderão ser publicados apenas em boletim interno.

§ 4º O disposto neste artigo não afasta hipóteses legais de restrição de acesso à informação.

(...)

26. Por fim, mas não menos importante, cabe frisar:

a) o teor do que aduz o art. 9º, inciso VII, da Resolução DC/SUDENE n. 725/2022, segundo o qual compete ao GAB/SUDENE providenciar a publicação de portarias, resoluções e outros atos oficiais do Superintendente e/ou da Diretoria Colegiada; e

b) a necessidade para que se proceda com a análise quanto à inaplicabilidade, dispensa ou necessidade do possível impacto regulatório, em atendimento ao Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório (AIR) no âmbito da administração pública federal, o que já fora feito por intermédio da Nota Técnica n. 282/2025 (SEI 0819521).

#### **- DA CONCLUSÃO -**

27. À luz do exposto, entende este Órgão de Consultoria e Assessoramento jurídicos que as Minutas ora analisadas, no que toca ao seu conteúdo, sob o aspecto jurídico-formal, atende à legislação de regência, desde que adotadas todas as recomendações acima.



28. Submete-se à aprovação superior.

Recife, 31 de julho de 2025.

**Sofia Machado**  
OAB/PE 54.544  
Apoio Técnico - Área Jurídica

**LUIZ HENRIQUE DINIZ ARAUJO**  
Coordenador de Consultoria Jurídica da PF/SUDENE

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 59336001290202526 e da chave de acesso 9335c07d



Documento assinado eletronicamente por LUIZ HENRIQUE DINIZ ARAUJO, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2746405591 e chave de acesso 9335c07d no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LUIZ HENRIQUE DINIZ ARAUJO, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 31-07-2025 19:12. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.